

PSICÓLOGO

LEIA AS INSTRUÇÕES COM ATENÇÃO

- A prova terá duração de **4 horas**.
- O candidato deverá utilizar caneta esferográfica de material transparente, de **tinta preta**.
- O candidato deverá verificar se o Caderno de Questões está **completo**, sem falhas de impressão ou grampeamento. Em qualquer uma das situações citadas, comunicar e solicitar ao fiscal a devida substituição, **antes da realização da prova**.
- Durante a aplicação da prova, o candidato deverá manter na carteira, **exclusivamente** documento de identificação, caneta de material transparente de tinta preta, Cartão-Resposta e Caderno de Questões.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova para o Cartão-Resposta, que será o único documento válido para a correção.
- O preenchimento do Cartão-Resposta é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder conforme as instruções contidas nele e na capa do Caderno de Questões
- **Não haverá substituição** do Cartão-Resposta.
- O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu cartão-resposta, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização do processamento eletrônico do mesmo.
- A saída do candidato será permitida decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, após entregar seu Cartão-Resposta, sem levar consigo o Caderno de Questões ou algum tipo de anotação de suas respostas.
- Será permitido ao candidato levar consigo o Caderno de Questões desde que permaneça na sala até 30 minutos antes do término da prova.

Este Caderno de Provas é formado por 50 questões:

Disciplina		Peso
Língua Portuguesa	10	2
Legislação	10	2
Conhecimentos Específicos	30	2

Texto para as questões 01 a 03

A importância da Ética no ambiente de trabalho

Hoje, no Dia Internacional da Ética, reafirmamos a importância desse valor em todas as áreas de uma empresa. A ética no ambiente de trabalho envolve a adoção de valores e princípios, como a honestidade, transparência, respeito mútuo, integridade, garantias de direitos, responsabilidade socioambiental, entre outros que orientam as relações entre colaboradores e a empresa, assim como entre a empresa e seus clientes, fornecedores e a sociedade em geral.

Muitas empresas enfrentam desafios éticos no ambiente de trabalho, como assédio moral e sexual, discriminações, corrupção e o desrespeito às leis trabalhistas. Nesse cenário, é essencial que as empresas não só dialoguem na perspectiva axiológica e valorativa do conceito, mas que sejam proativas na promoção de uma cultura ética no ambiente de trabalho. Isso significa, principalmente, adotar medidas de prevenção, bem como desenvolver mecanismos para denunciar e combater todo e qualquer tipo de violação de direitos (dentro e fora da empresa).

Um dos aspectos fundamentais da ética no ambiente de trabalho é a promoção do trabalho decente. Isso envolve oferecer condições adequadas de trabalho, com respeito às normas de segurança e saúde ocupacional, assim como garantir remuneração justa e condições de trabalho dignas e livres de discriminações e violências. Além disso, o trabalho decente também implica oferecer oportunidades de desenvolvimento profissional, treinamento e capacitação, bem como valorizar e reconhecer o trabalho realizado pelos colaboradores.

O conceito de trabalho decente foi criado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1999 e, desde então, tem sido adotado por várias organizações e empresas ao redor do mundo. O objetivo do conceito é promover condições de trabalho justas e dignas para todas as pessoas, contribuindo para o desenvolvimento social, econômico, sustentável e principalmente, para a redução da pobreza.

Tal discussão merece destaque, uma vez que o Brasil resgatou 918 vítimas de trabalho

escravo em 2023, recorde para um 1º trimestre em 15 anos. Só no ano de 2022 mais de 2,5 mil pessoas foram resgatadas do trabalho análogo à escravidão no Brasil, sendo que o número de pessoas nessa condição subiu para 127% em relação a 2019[1]. E por trabalho escravo, nós temos que é todo trabalho forçado, com jornadas exaustivas, condições degradantes, remunerações incompatíveis e outras violações de direitos, ferindo o princípio e o valor da ética, que apesar de tantos avanços conceituais sobre e o quanto esse conceito está presente nos princípios e valores empresariais, ainda presenciamos uma contradição ao analisarmos as severas violações de direitos cometidas por empresas.

Nesse aspecto, em que há um aumento das desigualdades sociais, ambientais e econômicas, refletidas nos números alarmantes de resgates de trabalho análogo a escravidão e outras violações de direitos (Brasil é o 9º país mais desigual do mundo), é imprescindível que a ética (somada a outros princípios), assegure na prática, o respeito à vida e a promoção da dignidade humana para todas as pessoas. Mas, outros esforços precisam co-existir, como o aprimoramento dos mecanismos de compliance, que são fundamentais para a garantia do cumprimento das leis e regulamentos relacionados às leis trabalhistas e determinações internacionais.

Para implementar esses mecanismos, as empresas devem estabelecer políticas e procedimentos claros, realizar auditorias (em especial, a due diligence em direitos humanos) e monitoramentos para avaliar o cumprimento das leis e normas, bem como estabelecer canais de denúncia para que os funcionários, funcionárias e toda a comunidade envolvida na cadeia de valor, possam reportar eventuais violações.

Disponível em: <https://www.ethos.org.br/opinioes-e-analises/a-importancia-da-etica-no-ambiente-de-trabalho/>. Acesso em: 27 ago. 2026.

1. Analise as assertivas abaixo sobre a classificação das orações subordinadas em trechos do texto "A importância da Ética no ambiente de trabalho":

I. No trecho "...mecanismos de compliance, **que são fundamentais para a garantia do cumprimento**

das leis...", a oração destacada é classificada como subordinada adjetiva explicativa.

II. Na passagem "...é essencial **que as empresas não só dialoguem na perspectiva axiológica...**", a oração em negrito exerce a função de sujeito da oração principal, sendo, portanto, uma subordinada substantiva subjetiva.

III. No segmento "...**uma vez que o Brasil resgatou 918 vítimas de trabalho escravo...**", a oração introduzida pela locução conjuntiva destaca uma consequência, classificando-se como subordinada adverbial consecutiva.

IV. No trecho "...estabelecer canais de denúncia **para que os funcionários [...] possam reportar eventuais violações.**", a oração destacada indica a finalidade da ação principal, classificando-se como subordinada adverbial final.

Está(ão) CORRETA(S) apenas a(s) assertiva(s):

- a) I e II
- b) III e IV
- c) I, II e III
- d) II e IV
- e) I, II e IV

2. Analise as assertivas abaixo sobre o emprego e a classificação de conectivos subordinados em trechos adaptados do texto "A importância da Ética no ambiente de trabalho":

I. No trecho "...valores e princípios **que** orientam as relações...", a palavra destacada é uma conjunção subordinada integrante, pois introduz uma oração que completa o sentido de um substantivo.

II. Na passagem "...é essencial **que** as empresas não só dialoguem...", a palavra em destaque é uma conjunção subordinada integrante, responsável por introduzir uma oração subordinada substantiva.

III. No segmento "...**uma vez que** o Brasil resgatou 918 vítimas...", a locução conjuntiva em destaque é classificada como subordinada condicional, pois impõe uma condição para a discussão merecer destaque.

IV. No trecho "...**para que** os funcionários [...] possam reportar eventuais violações", a locução destaca uma finalidade, sendo classificada como uma conjunção (locução) subordinada final.

Está(ão) CORRETA(S) apenas a(s) assertiva(s):

- a) II e IV
- b) I e II
- c) I, II e III
- d) III e IV
- e) II, III e IV

3. No trecho "Além disso, o trabalho decente também implica oferecer oportunidades de desenvolvimento profissional, treinamento e capacitação...", a regência da forma verbal "implica" está em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa. Sobre esse fenômeno gramatical, assinale a alternativa CORRETA:

- a) No sentido de "acarretar" ou "gerar consequência", o verbo deve ser seguido da preposição "em", constituindo um objeto indireto.
- b) O verbo é transitivo direto, o que justifica a ausência de preposição antes do complemento "oferecer oportunidades".
- c) Trata-se de um verbo bitransitivo (transitivo direto e indireto), exigindo obrigatoriamente a preposição "a" para o seu segundo complemento.
- d) A gramática normativa prescreve que, no sentido empregado no texto, o verbo "implicar" seja sempre acompanhado pela preposição "com".
- e) Por ser um verbo de ligação no contexto apresentado, o termo que o sucede deve ser classificado como predicativo do sujeito.

Texto para as questões 04 a 06

Ética não é opinião, nem circunstância

Você já ouviu falar em "*Ethical fading*"? Segundo o filósofo Mário Sérgio Cortella, a ética consiste em um conjunto de valores e princípios, uma espécie de juiz interno que regula três forças importantes de nossa vida: o querer, o poder e o fazer.

Enfrentamos uma batalha constante entre estas três forças. Este julgamento dinâmico interno não se relativiza a partir de nossa opinião e sim está conectado, relacionado aos valores e princípios da sociedade / comunidade na qual estamos inseridos. “A nossa opinião sobre o que é certo ou errado se subordina de certa forma às regras da comunidade que participamos, da empresa que trabalhamos, por exemplo”.

Tais regras, princípios e valores se alteram com o tempo, jurisdição e estágio de evolução da própria sociedade. A todo momento, novas complexidades se somam ao dicionário de princípios e valores, daí a dificuldade na tomada de decisão com foco em comportamento “ético”.

De uma maneira geral, as grandes crises e fraudes corporativas, tais como *Enron*, *WorldCom*, *Petrobras* na Lava-jato e, mais recentemente, o caso *Americanas*, entre tantas outras, não nasceram de grandes rupturas com os princípios éticos vigentes e sim de pequenos atos de permissividade, muitas vezes, no limite do que é legal. Isto acontece, na verdade, na nossa rotina diária. “A cada decisão, consultamos nosso juiz interno, que regula nosso querer, poder e fazer e aí então tomamos a decisão mais alinhada com nossos princípios e valores”. No entanto, sob pressão excessiva, liderança ausente ou ineficiente, cultura organizacional orientada ao resultado de curto prazo e não a criação de valor sustentável, os aspectos técnicos e materiais de nossas decisões podem fazer com que os aspectos éticos desvançam ou simplesmente desapareçam de vista. Denominamos esse processo de “*ethical fading*”, traduzível para português como o apagamento da ética.

Nesse modelo mental, pessoas aparentemente éticas encontram razões para contornarem seus princípios intrínsecos e tomarem decisões que podem colocar suas carreiras e mesmo suas empresas em risco. Considerações como “todos fazem isso”; “faremos somente desta vez”; “não é ilegal”; “os fins justificam os meios”; “tenho apoio total de meu gestor” ou “nesta empresa isso é normal” são sintomas claros de que o “*ethical fading*” está se instalando no processo decisório individual e corporativo. E o que é pior: esse processo tende a ser evolutivo. As pessoas acabam se sentindo confortáveis com pequenas concessões e, com o tempo, as transgressões se acumulam. Por fim, acabam destruindo carreiras e até mesmo empresas.

“Cabe à liderança disseminar e garantir a aplicação do conceito de que as circunstâncias e opiniões pessoais não devem ser colocadas acima dos princípios éticos”. Cabe a cada profissional zelar pela integridade de suas decisões, sejam elas de que magnitude forem. Aqui vale a máxima de que a ocasião não faz o ladrão, simplesmente o torna visível.

Na dúvida vale a pena seguir o pensamento do filósofo alemão Immanuel Kant (1724–1804), um dos principais pensadores do Iluminismo, com grande foco na ética e metafísica: “Tudo o que não puder contar como fez; não o faça! Se há razões para não contar; há para não o fazer.”

Cuide para que o “*ethical fading*” não invada sua mente e, se você ocupa uma posição de liderança, cuide para que sua organização não seja tolerante com este terrível inimigo, mesmo quando estão em jogo os resultados e a performance de curto prazo. Não faça concessões fatais.

Jorge Sant’Anna é diretor-presidente e cofundador da BMG Seguros e membro do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Bancos.

Disponível em: <https://revista.istoedinheiro.com.br/etica-nao-e-opiniao-nem-circunstancia>. Acesso em: 20 ago. 2026.

4. No trecho “A nossa opinião sobre o que é certo ou errado se subordina de certa forma às regras da comunidade...”, o acento indicativo de crase antes de “as regras”:

- a) É opcional, uma vez que a expressão “as regras” encontra-se no plural.
- b) Justifica-se porque toda palavra feminina deve ser precedida de crase, quando exerce função de objeto.
- c) Justifica-se em virtude da expressão “de certa forma”, que exige a presença da preposição a.
- d) Não obedece à norma culta da linguagem escrita predominante no texto.
- e) Ocorre porque o verbo “subordinar-se” é regido pela preposição a, que se funde ao artigo definido feminino plural as, que antecede a palavra regras.

5. Considere o trecho:

“Tais regras, princípios e valores se alteram com o tempo, jurisdição e estágio de evolução da própria sociedade”

A palavra “tais” estabelece uma relação com informações apresentadas anteriormente no texto, contribuindo para a progressão temática e para a coesão textual. Analise as afirmativas abaixo:

I. “Tais” é um advérbio de intensidade que modifica os substantivos “regras”, “princípios” e “valores”, indicando o grau em que essas características se apresentam.

II. “Tais” é um pronome demonstrativo empregado com função anafórica, pois retoma elementos anteriormente mencionados no texto, funcionando como recurso de referenciação e contribuindo para a coesão textual.

III. A expressão “tais”, referindo-se a regras, princípios e valores, retoma o conjunto de princípios e valores mencionado anteriormente, evitando uma repetição desnecessária e estabelecendo um elo coesivo entre as partes do texto.

Considerando sua função morfológica e discursiva, está CORRETO o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II e III, apenas.

6. O texto apresenta estruturas que representam depoimentos, como as que ocorrem em:

“... às regras da comunidade que participamos, da empresa que trabalhamos, por exemplo”

Considerando o gênero textual, o suporte em que o texto foi publicado, os interlocutores envolvidos e o tema discutido, é conveniente e adequado que seja empregada a linguagem culta, de acordo com

a norma-padrão da língua escrita. No entanto, em relação ao trecho destacado acima, verifica-se:

- a) A ocorrência de construções diferentes daquelas prescritas pela norma-padrão, comprovando que o autor do texto, nos trechos que marcam depoimentos, desconhece a língua.
- b) Usos linguísticos recorrentes na fala podem diferir da variedade formal prescrita pela norma-padrão da escrita, sem que isso signifique ausência de regras na variedade utilizada.
- c) É indiferente à variedade da língua empregada no texto, uma vez que se trata de depoimento, sendo, portanto, desnecessário o emprego de regência, de acordo com a variedade da norma culta escrita.
- d) O trecho descaracteriza a norma padrão culta da língua, uma vez que o autor deveria ter ajustado a construção para “às regras da comunidade de que participamos, da empresa em que trabalhamos”.
- e) Não apresenta qualquer problema quanto à norma culta da língua escrita, haja vista se tratar de um texto totalmente oralizado.

Texto para a questão 07



Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/richarduchoa_trabalhe-duro-e-voc%C3%AAA-chegar%C3%A1-1-%C3%A1-mas-ningu%C3%A9m-share-7287054027870101504-199j/. Acesso em: 23 ago. 2026.

7. Analise os itens relacionados ao trecho “Pessoas bem-sucedidas também chegam lá: burnout”, no que refere à produção de sentido e assinale a alternativa CORRETA.

I. A expressão “chegar lá” pode ser associada à ideia de alcançar o sucesso, atingir objetivos ou conquistar uma posição desejada. Entretanto, a palavra “*burnout*”, introduzida após os dois-pontos, provoca uma reinterpretação dessa expressão.

II. O enunciado mobiliza um discurso socialmente difundido, segundo o qual pessoas bem-sucedidas “chegam lá”, mas subverte essa expectativa, ao fazer “*burnout*” ocupar o lugar do destino. Desse modo, a referência de “lá” é resignificada pelo contexto, produzindo ironia e crítica ao modelo de sucesso associado à pressão e ao excesso de trabalho.

III. O termo “*burnout*” funciona apenas como sinônimo de “sucesso”, reforçando positivamente a expressão “pessoas bem-sucedidas”.

IV. A construção do trecho não apresenta discursos socialmente compartilhados, pois seu sentido pode ser compreendido exclusivamente pela análise morfológica de seus termos.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, III e IV, apenas.

Texto para a questão 08

O serviço público como motor de mobilidade social no Brasil

Em um país de desigualdades profundas, o serviço público sempre foi mais do que uma estrutura administrativa, sendo um dos raros caminhos capazes de promover verdadeira mobilidade social. Por meio do concurso público, o Brasil construiu um modelo que permite que o mérito e o esforço individual superem as barreiras impostas pela origem social. Enquanto o mercado de trabalho privado ainda depende fortemente de redes de contato, capital inicial ou oportunidades

concentradas em grandes centros, o concurso público oferece um caminho claro e impessoal. É uma política de Estado que abriu portas para milhões de brasileiros que, pela via tradicional, dificilmente teriam alcançado estabilidade financeira e reconhecimento profissional.

Nas últimas décadas, essa forma de ingresso permitiu que o Estado brasileiro se tornasse mais plural e representativo. Filhos de agricultores, de servidores, de operários e de trabalhadores informais encontraram no estudo a possibilidade de mudar de vida e, ao mesmo tempo, de servir ao país. Carreiras como magistério, segurança pública, auditoria fiscal e gestão administrativa são exemplos de como o serviço público abriga histórias de superação e ascensão baseadas no mérito.

A estabilidade e o plano de carreira, frequentemente mal interpretados como privilégios, são na verdade instrumentos que asseguram autonomia e continuidade. Eles garantem que o servidor possa exercer sua função com independência técnica, sem se submeter a pressões políticas ou mudanças de governo. A estabilidade é também o que torna essas carreiras atrativas para pessoas de diferentes origens, oferecendo segurança e perspectiva em um país em que a informalidade ainda atinge cerca de 40% da população economicamente ativa.

A valorização do servidor, portanto, não é apenas uma questão corporativa. É uma política pública de combate à desigualdade. Ao dar previsibilidade e dignidade a quem serve ao Estado, o serviço público contribui para reduzir as distâncias sociais e fortalecer as instituições.

Nos últimos anos, no entanto, esse modelo tem sido alvo de propostas que, sob o argumento da modernização, podem alterar profundamente sua lógica de mérito e estabilidade. A mais emblemática delas é a Reforma Administrativa (PEC 38/2025), que prevê mudanças estruturais no regime de vínculos e carreiras.

[...]

Mais do que discutir custos e estruturas, é preciso compreender o papel social que o serviço público cumpre na formação de um país mais justo. Ele não apenas sustenta políticas públicas, mas também representa um projeto de nação que reconhece o valor do esforço individual e da educação como caminhos de transformação. Preservar o concurso e a estabilidade é preservar

essa promessa de mobilidade, de dignidade e de progresso que o serviço público sempre simbolizou para o povo brasileiro.

Disponível em: <https://cnsf.org.br/artigos/o-servico-publico-como-motor-de-mobilidade-social-no-brasil>. Acesso em: 15 ago. 2026.

8. Em relação à construção morfossintática do trecho “Ele não apenas sustenta políticas públicas, mas também representa um projeto de nação que reconhece o valor do esforço individual e da educação como caminhos de transformação”, é CORRETO afirmar que:

- a) A estrutura “não apenas... mas também” estabelece uma relação de oposição, uma vez que a segunda oração é iniciada pela conjunção “mas”.
- b) O termo “também” funciona como conjunção coordenativa aditiva e estabelece, sozinho, a relação de adição entre as duas orações.
- c) A expressão “mas também” constitui uma estrutura correlativa de valor aditivo, articulando as ações expressas pelos verbos “sustenta” e “representa”.
- d) A expressão “mas também” fere as prescrições da gramática normativa, sendo completamente incomum e inadequada ao gênero textual produzido para a questão.
- e) Em “não apenas..., mas também...”, a conjunção “mas” mantém obrigatoriamente seu valor adversativo, de oposição, ainda que esteja associada ao advérbio “também”.

Texto para as questões 09 e 10

A disseminação acelerada de modelos de linguagem como o ChatGPT nos ambientes escolares instalou um diagnóstico que se repete com variações mínimas entre professores, gestores e formuladores de políticas públicas: os alunos estão terceirizando seus trabalhos, redigindo ensaios com um comando de voz e resolvendo exercícios com a colagem de enunciados em interfaces de inteligência artificial. À primeira vista, isso parece configurar uma epidemia de preguiça intelectual e desonestidade acadêmica em massa.

No entanto, uma investigação mais detida revela que o alarme em torno da tecnologia oculta

um mal-estar muito anterior e muito mais estrutural, que diz respeito ao fim (telos) do próprio trabalho escolar.

A educação básica institucional, ao organizar-se como transmissão de um repertório fixo de dados, fórmulas, datas, nomes e classificações, converteu o ato de aprender em uma sequência previsível de operações de memorização e reprodução cujo significado raramente é interrogado pelos próprios sujeitos do processo.

Esse modelo, que o educador Paulo Freire já criticava na década de 1960, chamando-o de ‘educação bancária’, é evidentemente muito anterior à inteligência artificial. Mas opera, na prática, também como um algoritmo. Que estabelece um circuito fechado de depósito, arquivamento e devolução de informações, onde muitas vezes o aprendizado real não se faz presente.

Aprendizado ‘decoreba’: o antecessor da IA

Assim, o uso da inteligência artificial pelos alunos para realizar tarefas escolares não deveria causar surpresa. Estudantes fogem do estudo como o diabo foge da cruz. Antes da IA, já existiam a cópia de textos da internet, trabalhos feitos por colegas (ou até por profissionais), a “cola” nas provas e outras estratégias para conseguir aprovação sem ter real familiaridade com o conteúdo ensinado.

Mesmo entre os alunos que não recorrem a esses meios, muitos não compreendem de fato o que respondem nas avaliações, pois se limitam a decorar as informações que serão cobradas. Nesse tipo de aprendizado “decoreba”, é comum o estudante esquecer o que “aprendeu” logo depois da prova.

Disponível em: theconversation.com/ia-nas-escolas-evidencia-precariedades-ja-existentis-da-educacao-mas-pode-ser-oportunidade-de-mudanca-288883 Acesso em: 22 ago. 2026.

9. Com base nos elementos constitutivos desse texto, como forma de composição, tema e estilo, identificamos que ele tem características de:

- a) Resenha, por avaliar um tema de importância social.
- b) Notícia, por apresentar informações sobre um tema contemporâneo.

- c) Artigo de opinião, por fazer uma reflexão sobre um tema de importância social.
- d) Relato, por apresentar experiências e depoimentos do autor sobre um tema social.
- e) Crônica, por fazer uma análise objetiva de um tema contemporâneo.

10. Estabelece uma relação de oposição a expressão destacada na seguinte alternativa:

- a) "À primeira vista, isso parece configurar uma epidemia de preguiça intelectual e desonestidade acadêmica em massa."
- b) "No entanto, uma investigação mais detida revela que o alarme em torno da tecnologia oculta um mal-estar muito anterior"
- c) "Assim, o uso da inteligência artificial pelos alunos para realizar tarefas escolares não deveria causar surpresa."
- d) "Mas opera, na prática, também como um algoritmo."
- e) "Nesse tipo de aprendizado “decoreba”, é comum o estudante esquecer o que “aprendeu” logo depois da prova."

11. Marcos é Servidor Público Federal ocupante do cargo de Pedagogo no Instituto Federal do Piauí (IFPI) - Campus Teresina Central. Ele atua na comissão organizadora de um grande congresso acadêmico promovido pelo IFPI. Durante a execução de suas atribuições, ocorreram os seguintes fatos: fora do seu expediente e em sua rede social de uso pessoal, ele criticou um servidor da instituição, apontando que a conduta do profissional maculava a imagem do IFPI. Durante a execução do evento planejado pela comissão, ao identificar uma falha na emissão dos certificados, Marcos omitiu o erro dos estudantes atendidos para cumprir uma determinação verbal do seu chefe imediato, que ordenou que o problema fosse escondido temporariamente "para não tumultuar o setor". Denunciado à Comissão de Ética do IFPI por descumprimento do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº. 1.171/1994), a comissão concluiu que ambas as condutas caracterizaram infrações éticas.

Com base na norma citada, assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE a análise ética dos fatos e a penalidade aplicável pela Comissão de Ética.

- a) Diante do descumprimento de deveres e das ofensas ao colega, a Comissão de Ética do IFPI deverá aplicar a Marcos a penalidade disciplinar de advertência por escrito.
- b) A omissão de Marcos não configura falta ética, pois o dever funcional de obediência às ordens superiores prevalece sobre a obrigatoriedade de prestar a verdade aos administrados.
- c) Ambas as condutas configuram falta ética e, comprovadas as infrações, a Comissão de Ética do IFPI é o órgão competente para aplicar a Marcos exclusivamente a pena de censura.
- d) O cumprimento de ordem superior afasta a responsabilidade ética de Marcos, restando infração apenas na conduta em rede social, a qual deve ser punida com a pena de suspensão.
- e) A publicação em rede social particular não viola o Código de Ética, visto que os deveres deontológicos do servidor se limitam ao tempo e ao espaço físico do exercício do cargo público.

12. Beatriz, com 24 anos de idade, trabalha há mais de cinco anos como técnica administrativa em uma empresa local em Piri-piri. Apesar de ter vasta experiência prática acumulada na área, ela não concluiu o Ensino Médio na idade própria por razões econômicas. Interessada em formalizar e expandir seus conhecimentos, Beatriz buscou o Instituto Federal do Piauí (IFPI) para ingressar em um curso regular de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, solicitando o aproveitamento de sua vivência de trabalho para dispensa de disciplinas e prosseguimento de estudos.

Com base estrita nas disposições da Lei nº. 9.394/1996 (LDB), assinale a alternativa que indica o tratamento CORRETO a ser dado ao pedido de Beatriz.

- a) Beatriz poderá ingressar no curso técnico apenas se for aprovada em exame de aceleração de estudos voltado a alunos com distorção idade-série.
- b) A legislação educacional proíbe a certificação de conhecimentos informais obtidos no mercado de trabalho para evitar a equiparação entre a formação acadêmica e a prática profissional.
- c) O pedido de Beatriz deve ser indeferido de plano, pois a LDB exige a apresentação do certificado formal de conclusão do Ensino Médio para qualquer modalidade de ingresso em cursos técnicos de nível médio.
- d) A dispensa de disciplinas e o aproveitamento de saberes práticos na Educação Profissional são restritos exclusivamente aos alunos regularmente matriculados no Ensino Superior.
- e) O conhecimento e a experiência profissional adquiridos por Beatriz no trabalho poderão ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação pelo IFPI para fins de prosseguimento de estudos.

13. Sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e as disposições previstas na Lei nº. 11.892/08, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A Rede é composta por Institutos Federais,

Universidade Federal Tecnológica do Paraná, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e Colégio Pedro II, todos com natureza jurídica de autarquia.

b) Os Institutos Federais têm por finalidade a oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

c) Os Institutos Federais têm por objetivo ministrar em nível superior, estritamente, cursos de tecnologia, licenciatura, bacharelado e pós-graduações stricto sensu.

d) Os órgãos superiores dos Institutos Federais são o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, sendo o primeiro presidido por membro eleito entre seus pares e o segundo presidido pelo Reitor.

e) As Reitorias são os órgãos executivos dos Institutos Federais e a sua subdivisão em Pró-Reitorias varia conforme o Regimento Interno de cada unidade, podendo contemplar no máximo 5 e no mínimo 2 Pró-Reitorias.

Leia o texto para a questão 14

Ministério Público vai investigar entrada de PMs armados em escola de SP após denúncia sobre desenho de orixá

Investigação vai apurar atuação de policiais militares na EMEI Antônio Bento após um policial militar, pai de uma aluna, acionar a corporação por causa de uma atividade sobre cultura afro-brasileira. Caso ocorreu em novembro de 2025 e mobilizou 12 PMs, um deles com um fuzil.

(...)

O episódio ocorreu em 11 de novembro de 2025, quando o pai de uma aluna de 4 anos acionou a Polícia Militar alegando que a filha estaria sendo obrigada a participar de uma "aula de religião africana" após fazer um desenho com o nome da orixá Iansã. Posteriormente, a Secretaria da Segurança Pública confirmou que o homem é soldado da Polícia Militar da ativa.

(...)

Disponível em: < <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2026/07/31/ministerio-publico-vai-investigar-entrada-de-pms-armados-em-escola-de-sp-apos-denuncia-sobre-desenho-de-orixa.ghtml>>. Acesso em: 27 de ago. de 2026.

14. Com base na discussão apresentada na matéria e nas previsões dispostas na Lei nº 9.394, de 20/12/1996, é CORRETO afirmar que:

a) O ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena é facultativo, portanto os responsáveis pelos alunos devem dar a anuência para que o(s) filho(s) possam participar das aulas que tratem especificamente sobre esse tema.

b) O ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena compunha o Projeto Político Pedagógico da escola citada na matéria, contudo as instituições de ensino básico não são obrigadas a incluir o tema.

c) O ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena é obrigatório nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, sendo facultativo para as instituições de ensino privadas.

d) O ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena deve abordar conteúdos referentes à história e cultura desses povos e serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

e) O ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena é de abordagem obrigatória apenas nas escolas públicas federais, uma vez que a Lei nº 9.394/96 trata-se de uma legislação federal.

15. Sobre as comissões de ética na Administração Pública Federal, conforme previsão do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é CORRETO afirmar:

a) Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e

com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

b) Em todos os órgãos e entidades exclusivamente da Administração Pública Federal direta ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

c) Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura, advertência e demissão.

d) Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar, aconselhar e apurar sobre a ética profissional do servidor e terceirizados, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

e) Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal indireta autárquica e fundacional ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor e usuários dos serviços, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

16. A Lei nº. 8.112/1990 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Considerando o que prevê a lei sobre as licenças que podem ser concedidas ao servidor, assinale a alternativa INCORRETA.

a) É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença por motivo de doença em pessoa da família.

b) Poderá ser concedida licença ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.

c) O servidor terá direito a licença, com remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

d) Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional.

e) A critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.

17. A Lei nº. 11.091, de 12 de janeiro de 2005, dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

De acordo com as disposições da Lei. nº 11.091/2005, e suas alterações posteriores, é CORRETO afirmar que:

a) O cargo de Técnico em Educação possui nível de classificação E, com atribuições voltadas para o exercício de atividades

técnicas, administrativas e logísticas, relativas à execução das competências constitucionais e legais a cargo das Instituições Federais de Ensino.

b) O concurso para o ingresso nos cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação poderá ser realizado por áreas de especialização, organizado em 1 (uma) única fase, bem como incluir curso de formação, conforme dispuser o plano de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira.

c) O ingresso nos cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação ocorrerá no padrão inicial do respectivo nível de classificação, mediante concurso público apenas de provas escritas, observados os requisitos de ingresso estabelecidos na respectiva lei e suas alterações posteriores.

d) Nível de classificação é o conjunto de funções gratificadas - FG, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições.

e) Plano de carreira é o conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade.

18. Platão, servidor público do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, nível de classificação E, pretende requerer a sua primeira progressão funcional por mérito após 12 meses de efetivo exercício no Instituto Federal Alfa. Para tanto, apresentou pedido formal junto ao setor responsável no âmbito desse Instituto Federal.

De acordo com as disposições da Lei nº. 11.091/2005, e suas alterações posteriores, é CORRETO afirmar que:

a) Não será concedida, tendo em vista que a progressão por mérito, mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente,

acontece a cada dezoito meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho.

b) Não será concedida, tendo em vista que a progressão funcional por mérito, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, deve respeitar o interstício de cinco anos de efetivo exercício e cumprida a carga horária mínima em ações de desenvolvimento na carreira.

c) Não será concedida, tendo em vista que a progressão por mérito, mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, deve ocorrer apenas após o fim do estágio probatório e desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho.

d) Será concedida, tendo em vista que a progressão por mérito é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada doze meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho.

e) Será concedida, tendo em vista que a progressão por mérito é a mudança para o nível de classificação imediatamente subsequente, a cada doze meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho.

19. A respeito das disposições que regulam os processos administrativos, conforme a Lei nº. 9.784/1999, e suas alterações posteriores, assinale a alternativa CORRETA.

a) O recurso administrativo não tem efeito suspensivo, ainda que exista justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução da decisão administrativa.

b) O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência. Se a decisão puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado, sendo-lhe vedado apresentar novas alegações.

c) Os processos administrativos de que resultem sanções aos administrados poderão

ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada, não podendo resultar agravamento da sanção.

d) Quando for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, serão expedidas intimações para esse fim, mencionando-se no ato a data, prazo, forma e condições de atendimento. Não sendo atendida a intimação, poderá o órgão competente, sob pena de perecimento da prova, perigo de dano ou risco de ineficácia da decisão administrativa, requerer ao Poder Judiciário a condução coercitiva do interessado.

e) Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo. Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo não terá seguimento, devendo ser arquivado, responsabilizando-se quem der causa ao atraso.

20. A escola Alfa decide implantar pedagogicamente uma plataforma de gamificação para auxiliar os professores no processo de alfabetização. A plataforma, criada e gerenciada por uma empresa estrangeira, permite que os alunos acumulem pontos e troquem por “caixas premiadas” virtuais que contêm bônus aleatórios, sem que o aluno saiba o conteúdo exato antes da abertura dessas caixas.

Baseado nas disposições do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (Lei n. 15.211/2025), a funcionalidade descrita:

a) Caracteriza-se como caixa de recompensa (*loot boxes*), vedada expressamente em jogos eletrônicos direcionados a crianças e a adolescentes ou de acesso provável por eles, nos termos da respectiva classificação indicativa.

b) Constitui-se como um instrumento pedagógico válido, desde que seja previamente conhecido e autorizado pelos pais ou responsáveis legais, condicionado ao tratamento prévio dos dados das crianças e adolescentes.

c) Constitui-se como um instrumento pedagógico válido, desde que seja passível de fiscalização pelo Ministério Público e autoridade policial, condicionado ao tratamento prévio dos dados das crianças e adolescentes.

d) Trata-se de um serviço de tecnologia da informação direcionado a crianças e a adolescentes permitido legalmente, desde que garanta a proteção prioritária e o melhor interesse da criança ou adolescente.

e) Trata-se de um serviço de tecnologia da informação legalmente válido, desde que utilize mecanismos de segurança amplamente reconhecidos, que possibilitem à família e aos responsáveis legais prevenir o acesso e o uso inadequado por crianças e adolescentes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O(a) psicólogo(a) atende um(a) discente que solicita um documento por escrito para comprovar que compareceu ao serviço de Psicologia no horário em que deveria estar realizando uma avaliação acadêmica. O (A) profissional elabora um documento de redação simples, contendo apenas o registro objetivo e informativo das datas, horários e duração do atendimento prestado, abstendo-se expressamente de incluir qualquer registro de sintomas, diagnósticos, queixas ou estados psicológicos do(a) estudante.

Com base na Resolução CFP nº. 06/2019, que regulamenta a elaboração de documentos escritos produzidos pelo(a) psicólogo(a), o documento descrito corresponde ao(à):

- a) Atestado Psicológico.
- b) Declaração.
- c) Laudo Psicológico.
- d) Parecer Psicológico.
- e) Relatório Psicológico.

22. A coordenação pedagógica de um campus do IFPI solicita ao(à) psicólogo(a) um Relatório Psicológico sobre um estudante encaminhado por dificuldades de adaptação ao curso técnico, para subsidiar decisões sobre seu acompanhamento.

Considerando o Código de Ética Profissional do Psicólogo e a Resolução CFP nº. 06/2019, que institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional, assinale a alternativa que apresenta um procedimento incompatível com a elaboração desse documento.

- a) Avaliar, antes de finalizar o texto, se seu conteúdo poderia expor a intimidade do estudante além do necessário para o propósito da solicitação.
- b) Conservar uma cópia do relatório e do material que o fundamentou, pelo prazo mínimo previsto na regulamentação profissional para a guarda de documentos psicológicos.

c) Indicar, em seu último parágrafo, o prazo de validade das informações nele contidas.

d) Reescrever o documento, caso o estudante discorde do conteúdo do relatório, prevalecendo sua vontade sobre as informações registradas pelo(a) psicólogo(a).

e) Registrar apenas as informações necessárias à finalidade solicitada pela coordenação, evitando conteúdos que extrapolem o objetivo do encaminhamento.

23. Um(a) estudante do IFPI, inseguro(a) quanto à escolha profissional, pede repetidamente que o(a) psicólogo(a) diga qual curso deveria seguir.

Considerando os pressupostos da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), de Carl Rogers, a atitude profissional mais coerente é:

a) Demonstrar consideração positiva pelo estudante desde que suas escolhas sejam compatíveis com comportamentos academicamente adequados.

b) Estabelecer uma relação caracterizada por congruência, consideração positiva incondicional e compreensão empática, favorecendo a expressão da experiência do estudante e sua autonomia.

c) Identificar pensamentos disfuncionais e crenças centrais relacionados à insegurança, conduzindo o estudante à sua reestruturação por meio do questionamento socrático.

d) Oferecer respostas diretivas e orientações objetivas, reduzindo a ansiedade do estudante mediante a indicação das alternativas consideradas mais adaptativas.

e) Priorizar a aceitação incondicional das condutas apresentadas pelo estudante, evitando qualquer manifestação autêntica do profissional que possa introduzir elementos avaliativos na relação.

24. No exercício profissional junto à comunidade acadêmica do IFPI, o(a) psicólogo(a) recorre a diferentes referenciais teóricos para compreender a constituição do sujeito e orientar

sua intervenção. Relacione as afirmações da Coluna 1 às abordagens da Coluna 2.

Coluna 1

1. Concebe o funcionamento psíquico como atravessado por conflitos inconscientes: diferentes instâncias participam da constituição da personalidade, e fenômenos como sintomas, resistências, mecanismos de defesa e a própria relação estabelecida com o profissional são compreendidos a partir da história do sujeito.

2. Valoriza a experiência subjetiva e o potencial de desenvolvimento do sujeito; a atuação é não diretiva, sustentada por autenticidade, aceitação e compreensão empática.

3. Compreende a experiência a partir da relação organismo-ambiente — por exemplo, a forma como uma necessidade se organiza como figura em meio ao campo perceptivo — e busca ampliar a consciência da experiência presente para favorecer formas mais flexíveis de contato.

4. Relaciona emoções e comportamentos à interpretação que a pessoa faz das situações, distinguindo níveis cognitivos como pensamentos automáticos e crenças mais profundas; a intervenção volta-se à identificação e à modificação desses padrões.

5. Situa o psiquismo como constituído nas relações sociais e nas condições concretas de existência ao longo da história; o desenvolvimento das funções psicológicas superiores depende da mediação por instrumentos e sistemas de signos, sendo a internalização entendida como reconstrução, no plano individual, de formas de atividade antes compartilhadas socialmente.

Coluna 2

- () Terapia Cognitivo-Comportamental
- () Psicanálise
- () Psicologia Sócio-Histórica
- () Humanismo — Abordagem Centrada na Pessoa
- () Gestalt-terapia

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

- a) 1 – 4 – 2 – 5 – 3
- b) 4 – 2 – 5 – 1 – 3
- c) 3 – 1 – 4 – 2 – 5
- d) 1 – 3 – 5 – 2 – 4
- e) 4 – 1 – 5 – 2 – 3

25. Com base nas contribuições de Vigotski acerca do processo de formação de conceitos, discutidas na obra Piaget, Vigotski, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão (2019), analise as afirmações a seguir.

I. A questão principal quanto ao processo de formação de conceitos diz respeito aos meios pelos quais essa operação é realizada, uma vez que as funções psíquicas superiores são processos mediados e os signos constituem o meio básico para dominá-las e dirigi-las.

II. O desenvolvimento dos conceitos espontâneos da criança é descendente, enquanto o desenvolvimento dos conceitos científicos é ascendente, pois os conceitos científicos se desenvolvem para cima por meio dos conceitos espontâneos.

III. O percurso genético proposto por Vigotski para o desenvolvimento do pensamento conceitual é linear, de modo que o terceiro estágio somente aparece depois que o pensamento por complexos completa todo o seu desenvolvimento.

IV. Vigotski distingue os conceitos espontâneos, desenvolvidos no decorrer da atividade prática e das interações sociais, dos chamados conceitos científicos, adquiridos por meio do ensino e inseridos em sistemas de conhecimentos organizados.

V. Vigotski divide o percurso do desenvolvimento do pensamento conceitual em três grandes estágios, subdivididos em várias fases.

Assinale a alternativa que indica a quantidade de afirmações CORRETAS.

- a) Uma afirmação.
- b) Duas afirmações.
- c) Três afirmações.
- d) Quatro afirmações.
- e) Cinco afirmações.

26. Considerando os conceitos fundamentais da teoria piagetiana, analise as afirmativas a seguir, assinalando (V) para VERDADEIRO e (F) para FALSO.

() Para Piaget, a inteligência é uma forma particular de adaptação biológica, sendo a assimilação e a acomodação mecanismos da adaptação que estabelecem a relação entre sujeito e objeto.

() A assimilação é a incorporação da realidade exterior à organização do sujeito, enquanto a acomodação corresponde à transformação do sujeito em função da realidade exterior.

() O equilíbrio entre assimilação e acomodação caracteriza a adaptação e, portanto, a inteligência, sendo a equilibração compreendida como uma tendência ao equilíbrio.

() O sujeito do conhecimento corresponde ao próprio indivíduo, considerado em suas características particulares, e sua constituição ocorre independentemente do processo de desenvolvimento da inteligência.

() O objeto do conhecimento constitui-se inicialmente como objeto empírico, objeto da ação e, posteriormente, as representações transformam-se em conceitos, constituindo um objeto lógico e socialmente compartilhado.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

- a) V – F – F – F – V
- b) F – V – V – F – V
- c) V – V – F – F – F
- d) V – F – V – F – V
- e) V – V – V – F – V

27. Considerando os estágios do desenvolvimento propostos por Henri Wallon, assinale a alternativa que apresenta a ordem CORRETA dos estágios do desenvolvimento.

- a) Impulsivo-emocional → personalismo → categorial → sensório-motor e projetivo → puberdade e adolescência.
- b) Impulsivo-emocional → sensório-motor e projetivo → categorial → personalismo → puberdade e adolescência.
- c) Impulsivo-emocional → sensório-motor e projetivo → personalismo → categorial → puberdade e adolescência.
- d) Personalismo → impulsivo-emocional → sensório-motor e projetivo → categorial → puberdade e adolescência.
- e) Sensório-motor e projetivo → impulsivo-emocional → personalismo → categorial → puberdade e adolescência.

28. No trabalho do psicólogo no contexto educacional, diferentes formas de atuação podem contribuir para a qualidade da educação e para o enfrentamento das dificuldades presentes no cotidiano escolar.

Considerando as orientações apresentadas pelo Conselho Federal de Psicologia na cartilha Psicologia e Serviço Social na Educação Básica: Lei nº 13.935/2019, essa luta tem história!, assinale a alternativa que NÃO apresenta uma atuação compatível com essa perspectiva.

- a) Concentrar prioritariamente a atuação no atendimento individual de estudantes que apresentem dificuldades de aprendizagem ou comportamento, encaminhando os demais casos à equipe pedagógica, de modo a preservar a atuação da Psicologia em demandas especificamente psicológicas.
- b) Contribuir para a construção e o aprimoramento do projeto político-pedagógico e dos processos de ensino-aprendizagem, considerando as relações estabelecidas entre docentes, estudantes, famílias e comunidade escolar.
- c) Contribuir para a formação continuada de professores, pedagogos, gestores e demais profissionais da educação, discutindo questões

relacionadas ao cotidiano escolar e aos territórios no entorno das escolas.

d) Desenvolver ações articuladas à equipe multiprofissional, considerando as diferenças, desigualdades e dificuldades dos estudantes e contribuindo para a elaboração de estratégias que favoreçam uma aprendizagem de qualidade para todos.

e) Participar de ações voltadas à qualidade de vida da comunidade escolar, incluindo iniciativas de enfrentamento aos preconceitos e à violência no ambiente educacional.

29. Uma equipe pedagógica do IFPI encaminha ao serviço de Psicologia um estudante que apresenta dificuldade de concentração, baixo rendimento e pouca participação nas aulas. No documento de encaminhamento, consta a solicitação de avaliação para verificar a possibilidade de TDAH, acompanhada da sugestão de que, caso o diagnóstico seja confirmado, o estudante seja encaminhado para tratamento medicamentoso. Ao analisar o encaminhamento, o(a) psicólogo(a) verifica que não há informações sobre as estratégias pedagógicas utilizadas, as condições de ensino, as relações estabelecidas em sala de aula ou outras circunstâncias institucionais relacionadas à queixa.

SOUZA, Beatriz de Paula. *Apresentando a Orientação à Queixa Escolar*. In: SOUZA, B. P. (Org.). *Orientação à Queixa Escolar*. São Paulo: Portal de Livros Abertos da USP, 2020 (1ª ed. 2007). p. 99-100, 105.

Considerando a perspectiva crítica da Orientação à Queixa Escolar e o debate sobre medicalização da educação, a conduta mais adequada é:

a) Encaminhar o estudante diretamente para avaliação médica, uma vez que a definição de diagnóstico e tratamento deve preceder a investigação das condições relacionadas ao processo escolar.

b) Problematicar a forma como a queixa foi construída, ampliando a investigação para os diferentes contextos e relações envolvidos na situação escolar, sem reduzir as dificuldades apresentadas a uma explicação diagnóstica individual.

c) Realizar uma avaliação psicológica individual para confirmar a hipótese de

TDAH, dispensando o exame das condições pedagógicas e institucionais relacionadas à queixa.

d) Recomendar medidas disciplinares e acompanhamento da frequência, considerando que as dificuldades de atenção e participação podem estar relacionadas principalmente ao empenho do estudante nas atividades acadêmicas.

e) Recusar o encaminhamento, por entender que questões relacionadas ao desempenho acadêmico e à concentração não constituem objeto de intervenção da Psicologia Escolar.

30. No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), o(a) psicólogo(a) de um campus do IFPI é frequentemente acionado(a) para intervir em casos de estudantes com histórico de retenções, absenteísmo e conflitos no cotidiano acadêmico. Nos relatórios de encaminhamento, constata-se formulações que atribuem as dificuldades a "déficits motivacionais", "imaturidade socioemocional" ou a "suspeitas de transtornos do neurodesenvolvimento".

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica*. Edição Revisada. Brasília: CFP/CREPOP, 2019. p. 9, 26, 32, 52-53, 57.

SOUZA, Beatriz de Paula. *Apresentando a Orientação à Queixa Escolar*. In: SOUZA, B. P. (Org.). *Orientação à Queixa Escolar*. São Paulo: Portal de Livros Abertos da USP, 2020 (1ª ed. 2007). p. 99-100, 105.

Considerando as Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica, do CFP, as contribuições da Orientação à Queixa Escolar (OQE) e a crítica aos processos de patologização e medicalização da educação, analise as afirmativas a seguir:

I. A investigação de uma queixa escolar deve tomar como ponto de partida a avaliação individual do estudante, buscando identificar e circunscrever as variáveis intrapsíquicas ou orgânicas responsáveis pelo baixo rendimento, antes de considerar as condições institucionais e pedagógicas envolvidas.

II. A crítica aos processos de patologização e medicalização no espaço educativo visa a

problematizar a naturalização e a individualização de dificuldades de escolarização, convertendo problemas de ordem social, institucional ou pedagógica em supostos transtornos inerentes ao estudante, sem que isso implique negar a existência de transtornos ou impedir encaminhamentos intersetoriais quando houver necessidade de cuidado em saúde devidamente fundamentada.

III. A apreensão da queixa escolar sob a ótica da Orientação à Queixa Escolar (OQE) requer o deslocamento da investigação centrada exclusivamente no estudante para a análise das relações em que a queixa emerge, envolvendo estudante, família e escola, bem como das diferentes versões sobre a situação e das condições concretas de escolarização.

IV. O reposicionamento crítico da Psicologia Escolar, orientado para a superação do modelo clínico-assistencial tradicional e de práticas de triagem excludentes, torna incompatíveis com a atuação institucional os procedimentos de avaliação psicológica e os momentos de escuta individualizada, por reproduzirem necessariamente uma perspectiva individualizante.

V. Alinhada às Referências Técnicas do CFP para a Educação Básica, a atuação frente às queixas de não aprendizagem e evasão deve articular, quando pertinente, ações interprofissionais e intersetoriais, considerando as condições institucionais e pedagógicas de escolarização e favorecendo a construção coletiva de estratégias com os diferentes atores da comunidade escolar.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as afirmativas CORRETAS:

- a) I, II e IV
- b) II, III e V
- c) I, III e V
- d) II, IV e V
- e) III, IV e V

31. Em um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), um estudante passa a ser alvo, de forma reiterada, de insultos e humilhações praticados

intencionalmente por um grupo de colegas, sem que se identifique motivação específica para as condutas.

Considerando a Lei nº. 13.185/2015, a situação descrita caracteriza-se como intimidação sistemática quando:

- a) Apresenta necessariamente motivação relacionada a características pessoais, sociais ou culturais da vítima.
- b) É praticada exclusivamente por um indivíduo contra outra pessoa, mediante violência física.
- c) Ocorre de maneira eventual, ainda que produza sofrimento psicológico à vítima.
- d) Ocorre de forma intencional e repetitiva, sem motivação evidente, em uma relação de desequilíbrio de poder.
- e) Provoca exclusivamente dor física, sem produzir sofrimento ou angústia psicológica.

32. Durante uma atividade acadêmica no Instituto Federal do Piauí, Campus Corrente, um estudante procura o Serviço de Psicologia da instituição e relata que, após um conflito ocorrido em sala de aula, um grupo de colegas passou a utilizar redes sociais e aplicativos de mensagens para divulgar uma montagem depreciativa com sua fotografia. Além disso, os estudantes alteraram informações pessoais do aluno e compartilharam o conteúdo em diferentes grupos da comunidade acadêmica, acompanhando as publicações de comentários destinados a ridicularizá-lo. O estudante relata sofrimento e constrangimento diante da exposição.

Considerando exclusivamente as disposições da Lei nº. 13.185/2015, a análise da situação permite concluir que:

- a) A situação caracteriza bullying moral, pois a divulgação de conteúdo depreciativo entre integrantes da comunidade acadêmica corresponde à disseminação de rumores, independentemente do meio utilizado.
- b) A situação caracteriza bullying psicológico, pois a produção de sofrimento emocional constitui elemento suficiente para enquadrar a conduta nessa modalidade, ainda que não

estejam presentes outras características previstas na legislação.

c) A situação caracteriza cyberbullying, pois foram utilizados instrumentos próprios da rede mundial de computadores para depreciar e adulterar fotografia e dados pessoais, com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial, sem prejuízo de que as condutas também possam apresentar características de outras modalidades previstas na lei.

d) A situação caracteriza bullying social, pois a divulgação da montagem em grupos da comunidade acadêmica produz necessariamente isolamento e exclusão social, elementos que definem essa modalidade.

e) A situação não pode ser considerada intimidação sistemática, pois a Lei nº. 13.185/2015 exige que os atos sejam praticados presencialmente no estabelecimento de ensino para que possam ser enquadrados como bullying.

33. No Instituto Federal do Piauí, Campus Paulistana, a equipe multiprofissional do setor de saúde identificou uma situação em que uma estudante adolescente pode estar em contexto de exploração sexual. Diante do caso, a gestão do campus convoca uma reunião para discutir os fluxos de atendimento e questiona o psicólogo escolar sobre qual seria, tecnicamente, a atribuição da própria instituição de ensino nesse processo, cogitando que o campus deveria assumir sozinho a condução completa do caso, sem articulação com outros serviços, "para preservar o sigilo e evitar exposição da estudante".

Considerando os objetivos da Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente, previstos no art. 4º da Lei nº. 14.811/2024, é CORRETO afirmar que a proposta da gestão do campus:

a) Está tecnicamente correta, pois a Lei nº. 14.811/2024 estabelece que o atendimento à criança e ao adolescente em situação de exploração sexual deve ser conduzido exclusivamente pela instituição de ensino em que o caso foi identificado, sem envolvimento de outros serviços.

b) Está tecnicamente correta, pois o § 1º do

art. 4º restringe as políticas de prevenção e combate à vítima diretamente envolvida, não contemplando o contexto familiar e comunitário no qual ela está inserida.

c) Está tecnicamente incorreta, pois a Lei estabelece como objetivo o fortalecimento das redes de proteção e o atendimento especializado e em rede da criança e do adolescente, além de determinar que as políticas públicas não se restrinjam às vítimas, devendo considerar o contexto social amplo das famílias e das comunidades.

d) Está tecnicamente incorreta, pois a Lei atribui exclusivamente aos órgãos de segurança pública a condução de todo o processo de prevenção e combate à exploração sexual, vedando qualquer atuação da instituição de ensino.

e) Está tecnicamente correta, pois a promoção de espaços democráticos para participação e controle social, prevista na Lei, autoriza que cada instituição de ensino defina isoladamente seus próprios fluxos de atendimento, dispensando a articulação em rede.

34. De acordo com a Lei nº. 15.231/2025, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/1996), assinale a alternativa INCORRETA:

a) Os estabelecimentos de ensino devem notificar ao Conselho Tutelar as ocorrências e os dados relativos a casos de violência que envolvam seus alunos.

b) A lei destaca, entre os casos de violência a serem notificados, as automutilações, as tentativas de suicídio e os suicídios consumados.

c) A obrigação de notificação ao Conselho Tutelar restringe-se aos casos de violência física ocorridos dentro do estabelecimento de ensino.

d) A Lei nº. 15.231/2025 também prevê a notificação ao Conselho Tutelar da relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% do percentual permitido em lei.

e) A alteração promovida pela Lei nº. 15.231/2025 está relacionada à ampliação das obrigações dos estabelecimentos de ensino quanto à comunicação de situações de violência envolvendo seus alunos.

35. Durante o atendimento clínico, um psicólogo recebe a demanda dos responsáveis por um estudante que vem apresentando dificuldades no contexto escolar. Para compreender os fenômenos psicológicos relacionados à demanda e subsidiar uma tomada de decisão profissional, o psicólogo considera a realização de uma Avaliação Psicológica, utilizando diferentes métodos, técnicas e instrumentos, selecionados de acordo com as características e a finalidade da avaliação.

Com base na Resolução CFP nº. 31/2022, que estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Avaliação Psicológica consiste exclusivamente na aplicação de testes psicológicos aprovados pelo CFP, sendo dispensável a utilização de entrevistas ou observação comportamental.
- b) O SATEPSI tem como finalidade principal realizar diretamente as avaliações psicológicas, individuais ou grupais, para subsidiar decisões profissionais.
- c) Protocolos de observação comportamental somente podem ser utilizados como fonte fundamental quando aplicados individualmente, não sendo admitida sua utilização em processos grupais.
- d) Entrevistas psicológicas e anamneses são consideradas fontes complementares de informação e, portanto, não integram as fontes fundamentais previstas na Resolução.
- e) A Avaliação Psicológica requer a articulação de diferentes recursos técnicos e metodológicos, escolhidos pelo psicólogo conforme a demanda apresentada e os objetivos que orientam o processo, para produzir informações que auxiliem na tomada de decisão profissional.

36. No exercício profissional, a psicóloga ou o psicólogo deve distinguir os conceitos relativos aos testes psicológicos, ao manual técnico e ao SATEPSI, utilizando-os de modo compatível com as normas profissionais.

Associe corretamente os itens da Coluna I às respectivas definições da Coluna II e assinale

a única alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

Coluna I

- 1. SATEPSI
- 2. Teste psicológico
- 3. Manual técnico
- 4. Avaliação Psicológica

Coluna II

- () Processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos, composto por métodos, técnicas e instrumentos, voltado a prover informações para tomada de decisão.
- () Tecnologia profissional da Psicologia que deve conter as orientações de aplicação, correção, interpretação, padronização e normatização do instrumento aprovado.
- () Sistema destinado a avaliar a qualidade técnico-científica de instrumentos psicológicos para uso profissional e a divulgar informações sobre testes psicológicos.
- () Instrumento voltado a identificar, descrever, qualificar e mensurar características psicológicas por meio de procedimentos sistemáticos de observação e descrição do comportamento humano.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

- a) 4 – 3 – 1 – 2
- b) 4 – 3 – 2 – 1
- c) 4 – 2 – 1 – 3
- d) 4 – 2 – 3 – 1
- e) 4 – 1 – 3 – 2

37. O Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) avalia a qualidade técnico-científica de instrumentos psicológicos destinados ao uso profissional e divulga informações sobre testes psicológicos à comunidade e às psicólogas e aos psicólogos.

Com base na Resolução CFP nº 31/2022, analise

as afirmações a seguir, classificando-as como VERDADEIRAS (V) ou FALSAS (F).

I. O SATEPSI objetiva avaliar a qualidade técnico-científica de instrumentos psicológicos para uso profissional, com base na verificação objetiva de requisitos técnicos, além de divulgar informações sobre testes psicológicos.

II. Quando houver dúvida sobre a classificação de determinado instrumento, o Conselho Regional de Psicologia poderá submetê-lo à apreciação da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica, que realizará avaliação preliminar.

III. Caso a Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica classifique um instrumento como não privativo, ele será incluído na lista de Instrumentos Não Privativos do SATEPSI.

IV. O uso profissional de testes psicológicos com parecer desfavorável ou constantes na lista de Testes Psicológicos Não Avaliados é permitido, desde que o profissional informe previamente essa condição à pessoa avaliada.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo.

- a) V – F – V – F
- b) V – V – F – F
- c) V – V – V – F
- d) V – V – V – V
- e) V – V – F – V

38. Em um campus do IFPI, o psicólogo escolar é procurado por um estudante que relata sentir-se plenamente bem, eufórico e extremamente produtivo nas últimas semanas, com significativa redução da necessidade de sono e múltiplos projetos acadêmicos iniciados simultaneamente, ainda que colegas e professores relatem preocupação com mudanças abruptas em seu comportamento e discurso. O próprio estudante, contudo, nega qualquer dificuldade e afirma estar “melhor do que nunca”.

Considerando os critérios de normalidade em psicopatologia descritos por Dalgalarondo (2019) em Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais, é CORRETO afirmar que:

a) A ausência de queixas subjetivas por parte do estudante é suficiente, isoladamente, para descartar qualquer hipótese de sofrimento psíquico, uma vez que o critério subjetivo é considerado, por Dalgalarondo, o mais confiável entre todos os critérios de normalidade.

b) O relato do estudante ilustra justamente a fragilidade do critério de normalidade subjetiva isoladamente considerado, pois a percepção pessoal de bem-estar não é suficiente para afastar a hipótese de transtorno mental, como ocorre, segundo o autor, em quadros de fase maníaca.

c) A funcionalidade preservada do estudante, evidenciada pelo grande número de projetos acadêmicos iniciados, é suficiente, segundo o critério de normalidade funcional, para afastar qualquer hipótese de sofrimento psíquico ou de transtorno mental.

d) Segundo Dalgalarondo, o critério de normalidade funcional e o critério de normalidade subjetiva são equivalentes e intercambiáveis, de modo que a presença de um deles dispensa a consideração do outro na avaliação do caso.

e) A percepção de mal-estar relatada pelos colegas e professores do estudante deve ser desconsiderada pelo psicólogo, uma vez que os critérios de normalidade descritos por Dalgalarondo baseiam-se exclusivamente na vivência subjetiva do próprio indivíduo avaliado.

39. A Lei nº. 10.216/2001 estabelece direitos e proteção às pessoas acometidas de transtornos mentais, tendo como um de seus princípios a garantia de tratamento sem discriminação. Considerando o alcance desse princípio, analise as situações a seguir:

I. Uma pessoa acometida de transtorno mental não pode ter seus direitos restringidos em razão de sua raça, cor ou sexo.

II. A proteção assegurada pela Lei nº. 10.216/2001 abrange a pessoa acometida de transtorno mental independentemente de sua orientação sexual ou de suas convicções religiosas.

III. A proteção legal pode ser diferenciada conforme o grau de gravidade ou o tempo de evolução do transtorno mental, pois esses fatores determinam a extensão dos direitos assegurados pela Lei nº. 10.216/2001.

IV. A condição econômica da pessoa acometida de transtorno mental não pode ser utilizada como fundamento para restringir os direitos e a proteção assegurados pela Lei nº. 10.216/2001.

Estão CORRETAS:

- a) I e II, apenas.
- b) I, II e IV, apenas.
- c) I, II, III e IV.
- d) II e III, apenas.
- e) III e IV, apenas.

40. Em uma organização, após a identificação de fatores de risco psicossociais relacionados à organização do trabalho em determinado setor, são implementadas medidas de prevenção, incluindo reorganização das atividades, redistribuição de demandas e alterações nos procedimentos de trabalho. Após seis meses, a gestão entende que o problema está solucionado e decide não prosseguir com o acompanhamento, sob o argumento de que as medidas preventivas já foram adotadas.

Considerando o disposto na Norma Regulamentadora nº. 1 (NR-1), especialmente quanto ao caráter contínuo da avaliação de riscos ocupacionais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A adoção das medidas preventivas encerra o processo de gerenciamento, pois a finalidade do GRO consiste em identificar os riscos e implementar medidas de controle.
- b) Após a implementação das medidas, a organização deve manter o acompanhamento do controle dos riscos e revisar a avaliação nas situações previstas na NR-1, inclusive para verificar os riscos residuais decorrentes das medidas adotadas.
- c) A revisão da avaliação somente será necessária se houver novo diagnóstico de transtorno mental entre os trabalhadores do setor.
- d) A avaliação dos riscos psicossociais deve ser realizada apenas quando houver denúncia formal dos trabalhadores, não sendo necessária a revisão das medidas preventivas já implementadas.

e) Uma vez reduzido o risco a níveis considerados aceitáveis pela organização, não há necessidade de acompanhamento posterior, pois a classificação inicial permanece válida até que ocorra acidente de trabalho.

41. Um estudante de 16 anos, matriculado no Ensino Técnico Integrado ao Médio de um Instituto Federal, vem faltando às aulas com frequência, apresentou queda no rendimento acadêmico e encontra-se em risco de evasão escolar. Sua família enfrenta situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica e pressiona o adolescente a abandonar os estudos para trabalhar. Não há registro de violência, negligência ou abuso no ambiente familiar.

Diante desse cenário, qual seria a atuação mais adequada, articulando o setor de Psicologia da instituição com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)?

- a) Elaborar um plano de psicoterapia individual no próprio serviço de Psicologia do Instituto Federal, buscando fortalecer a resiliência do estudante, sem recorrer a encaminhamentos externos.
- b) Encaminhar a família ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), buscando sua inserção no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e o acompanhamento pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), articulando essa ação ao suporte já oferecido pela Assistência Estudantil do Instituto Federal.
- c) Encaminhar o caso ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), para inserção no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), por entender que há violação de direitos.
- d) Encaminhar o estudante ao Sistema Nacional de Emprego (SINE), visando à sua inserção em um programa de aprendizagem profissional, uma vez que se trata de uma demanda relacionada ao trabalho.
- e) Notificar o Conselho Tutelar, alegando que os pais descumpriram seu poder familiar, e solicitar a aplicação de medida protetiva que obrigue o estudante a matricular-se e frequentar as aulas.

42. Analise as assertivas a seguir, considerando a atuação da(o) psicóloga(o) à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Estatuto da Juventude e das diretrizes do Conselho Federal de Psicologia:

I. Diante de suspeita ou confirmação de situação de violência contra crianças ou adolescentes, a(o) psicóloga(o) da Rede Federal de Educação deve observar o dever legal de comunicação aos órgãos competentes, inclusive ao Conselho Tutelar, e adotar as demais providências necessárias para contribuir com a segurança e a proteção do estudante.

II. Diante de demandas de sofrimento psíquico e/ou vulnerabilidades sociais, a(o) psicóloga(o) escolar deve realizar atendimento psicoterapêutico individual do estudante, articulando-o posteriormente às demais políticas de proteção, como forma de reduzir o insucesso escolar.

III. O Estatuto da Juventude valoriza a participação social, a diversidade, a igualdade de direitos e oportunidades e a cultura de paz, princípios compatíveis com ações da Psicologia voltadas à promoção de ambientes educacionais inclusivos, à mediação de conflitos e à prevenção de violências.

IV. O fortalecimento da rede de proteção aos adolescentes requer articulação entre as ações do setor de Psicologia da instituição de ensino, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), incluindo CRAS e CREAS, da área da saúde, incluindo a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e a Atenção Básica, e dos órgãos e serviços que integram o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), evitando a patologização do sofrimento relacionado a fatores sociais.

Estão CORRETAS:

- a) Apenas as assertivas I e III.
- b) Apenas as assertivas II e III.
- c) Apenas as assertivas I, III e IV.
- d) Apenas as assertivas II, III e IV.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

43. Um estudante de 15 anos de um Instituto Federal apresenta sofrimento psíquico intenso, ideação suicida recorrente e marcas de violência doméstica praticada pelos pais. O estudante solicita sigilo e pede que a(o) psicóloga(o) não acione a família nem os órgãos de proteção.

Com base nos dispositivos legais e normativos que orientam a atuação profissional da Psicologia em situações dessa natureza, especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e o Código de Ética Profissional do Psicólogo, julgue os itens a seguir como VERDADEIROS (V) ou FALSOS (F):

() A comunicação aos órgãos de proteção, por decorrer de dever legal, afasta integralmente o sigilo profissional e autoriza o compartilhamento de todas as informações constantes do prontuário do adolescente.

() A vontade do adolescente de manter sigilo sobre as violências sofridas deve ser respeitada integralmente, devendo a(o) psicóloga(o) deixar de acionar o Conselho Tutelar para preservar o vínculo terapêutico.

() O acolhimento de adolescente com sofrimento psíquico intenso e risco de suicídio pode ser realizado diretamente pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que funcionam em regime de porta aberta, não sendo obrigatório encaminhamento prévio pela Unidade Básica de Saúde (UBS).

() O encaminhamento de adolescente em situação de violência doméstica pode ser realizado diretamente ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade, sendo este o serviço de referência para o atendimento nesses casos.

() Por se tratar de adolescente, a equipe deve reunir-se primeiramente com a família para comunicar as notificações antes de encaminhar o caso aos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

Assinale a sequência CORRETA, de cima para baixo:

- a) F – F – V – V – F
- b) F – V – V – F – F
- c) F – F – V – F – F
- d) V – F – V – V – F
- e) F – F – F – V – V

44. Um estudante de 15 anos, matriculado no 1º ano do Ensino Técnico Integrado ao Médio, é atendido pela Assistência Estudantil após apresentar faltas recorrentes às sextas-feiras e às segundas-feiras, esgotamento físico, marcas de autolesão e queda no rendimento acadêmico. Relata que, em razão do desemprego dos pais e de sua inscrição no Cadastro Único (CadÚnico), foi recrutado por um comerciante local para realizar entregas noturnas. O estudante relata ainda que vem recebendo cobranças e ameaças, o que o levou a desenvolver um quadro de sofrimento psíquico intenso.

Com base nos dispositivos legais, especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº. 8.069/1990), a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº. 8.742/1993), as normativas da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS (Portaria nº. 3.588/2017) e as diretrizes do Conselho Federal de Psicologia, assinale a alternativa que apresenta o fluxo de ações mais adequado a ser adotado pela(o) profissional da Psicologia:

- a) Apoiar a permanência escolar por meio da Assistência Estudantil; comunicar o Conselho Tutelar, nos termos do art. 13 do ECA; referenciar o caso ao CREAS e ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); articular o atendimento com o Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPS I); e enviar cópia integral do prontuário ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar.
- b) Apoiar a permanência escolar por meio da Assistência Estudantil; comunicar o Conselho Tutelar diante da situação de trabalho infantil e de possível violação de direitos; referenciar o caso ao CREAS e ao PAEFI; articular o atendimento com o CAPS I; e manter o acompanhamento em rede, resguardando o sigilo das informações e dos registros profissionais.
- c) Apoiar a permanência escolar por meio da Assistência Estudantil; comunicar o Conselho Tutelar; articular o atendimento com

o CAPS I; encaminhar a família ao CRAS e ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), por entender que, em razão da preservação dos vínculos familiares e da inscrição no CadÚnico, a condução do caso cabe exclusivamente à Proteção Social Básica.

d) Apoiar a permanência escolar por meio da Assistência Estudantil; referenciar o caso ao CREAS e ao PAEFI; articular o atendimento com o CAPS I; promover mediação prévia com os pais, condicionando a comunicação ao Conselho Tutelar à recusa da família em retirar o adolescente do trabalho.

e) Apoiar a permanência escolar por meio da Assistência Estudantil; comunicar o Conselho Tutelar; referenciar o caso ao CREAS e ao PAEFI; resguardar o sigilo dos registros profissionais; e encaminhar exclusivamente o estudante ao CAPS III, por ser unidade de alta complexidade e funcionar 24 horas.

45. Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº. 9.394/1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº. 8.069/1990), o Estatuto da Juventude (Lei nº. 12.852/2013), a Lei nº 6.202/1975 (regime de exercícios domiciliares para estudante gestante) e as normas relativas à assistência estudantil e à atuação da Psicologia na Educação, julgue os itens a seguir como VERDADEIROS (V) ou FALSOS (F):

() Para estudantes adolescentes entre 15 e 18 anos incompletos se aplica prioritariamente o Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo possível a aplicação do Estatuto da Juventude quando não houver conflito com as normas de proteção integral. Nesse contexto, a instituição deve assegurar condições de participação, não discriminação e respeito aos direitos desses estudantes.

() Nos termos da Lei nº. 6.202/1975, a estudante gestante tem assegurado o regime de exercícios domiciliares a partir do oitavo mês de gestação, conforme atestado médico. Cabe, entretanto, à Psicologia, em articulação com a Assistência Estudantil, conceder diretamente o abono das faltas e determinar a isenção de avaliações acadêmicas durante o período de afastamento.

() Em processos disciplinares envolvendo estudantes, é atribuição do psicólogo escolar

elaborar laudo psicodiagnóstico com conclusão sobre a periculosidade do estudante, com a finalidade de subsidiar a aplicação de sanções disciplinares pela instituição.

() A Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica deve considerar as especificidades de seu público, sendo pertinente à atuação da Psicologia contribuir para o acolhimento, a permanência e a participação dos estudantes, evitando práticas de infantilização e reconhecendo suas trajetórias pessoais, sociais e profissionais, em consonância com o art. 37 da LDB e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA (Parecer CNE/CEB nº. 11/2000).

Assinale a sequência CORRETA:

- a) V – V – F – F
- b) V – F – V – F
- c) F – V – V – F
- d) F – F – V – V
- e) V – F – F – V

46. Uma estudante do Ensino Técnico Integrado ao Médio de um Instituto Federal apresenta diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação em lógica e programação, configurando uma situação de dupla excepcionalidade. Ela apresenta desempenho elevado em algoritmos, mas manifesta sobrecarga sensorial em razão dos ruídos dos laboratórios e dificuldade diante de comandos avaliativos exclusivamente dissertativos. Em reunião pedagógica, alguns professores alegam que, devido ao seu alto desempenho acadêmico, não haveria necessidade de suporte educacional, enquanto outros sugerem condicionar a oferta de adaptações à apresentação periódica de laudos médicos.

Considerando a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Lei nº. 13.146/2015), a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº. 12.764/2012), a Política Nacional para Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação (Lei nº 15.436/2026) e a Resolução CFP nº. 7/2025, assinale a conduta mais adequada da(o) psicóloga(o) escolar:

a) Orientar a construção do Plano de Desenvolvimento Individual, com reconhecimento da dupla excepcionalidade, com foco no encaminhamento ao enriquecimento curricular em programação previsto na Lei nº. 15.436/2026, como resposta principal às necessidades identificadas no caso.

b) Orientar a construção do Plano de Desenvolvimento Individual, com reconhecimento da dupla excepcionalidade, articulando o Atendimento Educacional Especializado (AEE) às adaptações sensoriais e avaliativas, mediante acompanhamento diagnóstico periódico que assegure a atualização das medidas de suporte ao longo da trajetória escolar.

c) Orientar a construção do Plano de Desenvolvimento Individual, com reconhecimento da dupla excepcionalidade e do AEE, mantendo o formato avaliativo dissertativo como referência comum às demais disciplinas, cabendo à(ao) psicóloga(o) apoiar a estudante no desenvolvimento de estratégias pessoais de enfrentamento.

d) Orientar a construção do Plano de Desenvolvimento Individual, com articulação entre o AEE e as adaptações razoáveis, reconhecendo a dupla excepcionalidade e a eliminação de barreiras atitudinais, pedagógicas e sensoriais, sem condicionar os direitos de acessibilidade à apresentação periódica de laudos clínicos, contribuindo para o enfrentamento de práticas capacitistas.

e) Orientar a construção do Plano de Desenvolvimento Individual, com reconhecimento da dupla excepcionalidade, redistribuindo a carga horária de modo que as atividades em ambiente virtual simulado substituam a presença da estudante nos laboratórios físicos, como estratégia principal diante da sobrecarga sensorial identificada.

47. Sobre a atuação da(o) psicóloga(o) escolar na Educação Inclusiva, considerando o enfrentamento ao capacitismo, a Resolução CFP nº. 7/2025, a Lei nº. 15.436/2026, a Lei nº. 12.764/2012 (TEA) e a Lei nº. 13.146/2015 (LBI), julgue os itens a seguir como VERDADEIROS (V) ou FALSOS (F):

I. A adoção do modelo social da deficiência na atuação da Psicologia Escolar pressupõe reconhecer que as dificuldades enfrentadas pelo estudante decorrem da interação entre suas características pessoais e as barreiras presentes no contexto educacional, atuando com foco no desenvolvimento de recursos individuais e estratégias de enfrentamento que ampliem sua autonomia e favoreçam a participação do estudante diante das demandas institucionais.

II. Nos casos de dupla excepcionalidade, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) possui caráter complementar ou suplementar à escolarização, e o reconhecimento de altas habilidades/superdotação associado a uma condição do neurodesenvolvimento não afasta o dever da instituição de assegurar os recursos de acessibilidade e as medidas educacionais necessárias.

III. A adoção de estratégias pedagógicas pensadas, desde o planejamento, para atender à diversidade de estudantes contribui para reduzir a necessidade de medidas individualizadas, embora estas ainda possam ser adotadas em situações específicas para assegurar a participação e a aprendizagem do estudante.

IV. Na mediação de situações disciplinares envolvendo estudantes com TEA, cabe à(o) psicóloga(o) escolar avaliar a possível relação entre a conduta observada e barreiras de comunicação, sobrecarga sensorial ou outras necessidades associadas à condição do estudante, sendo necessária, nesses casos, a conclusão de avaliação psicológica que confirme essa relação antes da continuidade do procedimento disciplinar.

Assinale a sequência CORRETA:

- a) F – V – V – F
- b) V – F – F – V
- c) F – V – F – V
- d) V – F – V – F
- e) F – F – V – V

48. Considerando as diretrizes éticas da Psicologia e suas interfaces com a Lei nº. 13.146/2015 (LBI), a Lei nº. 12.764/2012 (TEA) e a Lei nº. 14.254/2021, analise as afirmativas a seguir:

I. Conforme a LBI, instituições privadas de ensino podem cobrar valores adicionais de estudantes ou de suas famílias para custear as adaptações razoáveis e os recursos de acessibilidade necessários ao cumprimento das obrigações de inclusão educacional.

II. Diante de suspeita de dislexia ou TDAH, cabe à(o) psicóloga(o) escolar identificar e analisar as dificuldades apresentadas no contexto educacional, colaborar com os docentes na definição de estratégias pedagógicas e, quando necessário, articular-se com os serviços de saúde para avaliação diagnóstica e acompanhamento especializado.

III. Nos casos de estudantes com TEA que necessitem de acompanhante especializado, a(o) psicóloga(o) escolar pode contribuir para a identificação das necessidades educacionais e para a articulação entre os profissionais envolvidos, orientando práticas que favoreçam a autonomia, a participação e a interação do estudante com seus pares.

IV. O modelo social compreende a deficiência como uma condição individual que deve ser compensada por intervenções terapêuticas direcionadas ao estudante, em detrimento das barreiras existentes no ambiente educacional.

Estão INCORRETAS:

- a) Apenas I e II
- b) Apenas II e III
- c) Apenas III e IV
- d) Apenas I e IV
- e) Todas as afirmativas estão incorretas

49. No conselho de classe do segundo bimestre de um curso Técnico em Eletromecânica integrado ao Ensino Médio, o professor da disciplina técnica relata que um estudante de pele retinta, no segundo ano, tem evitado se posicionar como líder nos trabalhos em grupo do laboratório e se recusado a participar de uma roda de conversa promovida pela biblioteca sobre trajetórias de cientistas negros, alegando que “isso não tem nada a ver com a disciplina técnica dele”. A coordenação pedagógica relata ainda que, nos intervalos entre as aulas práticas, colegas de turma costumam chamá-lo por apelidos relacionados à sua aparência, tratando

a situação como brincadeira. O professor pede à psicóloga escolar uma orientação, afirmando que “isso é assunto mais de Sociologia ou de Direitos Humanos, e o aluno é que parece incomodado demais com a própria cor”.

Considerando os pressupostos da Lei nº. 10.639/2003 e da Lei. nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), bem como a atuação psicossocial no contexto educacional, assinale a alternativa que apresenta a orientação mais adequada e completa da psicóloga escolar diante desse cenário:

- a) Orientar a equipe pedagógica e docente a incorporar a educação para as relações étnico-raciais às ações curriculares e de convivência, considerando as especificidades dos diferentes componentes formativos e priorizando, nas disciplinas técnicas, abordagens da temática diretamente relacionadas aos respectivos objetos de conhecimento.
- b) Orientar a equipe pedagógica e docente a realizar a escuta individual do estudante e a identificação de suas percepções sobre as situações relatadas, articulando, a partir dessa escuta, eventuais ações de sensibilização da turma e de acompanhamento das relações de convivência, de modo a preservar sua autonomia e evitar intervenções que possam reforçar sua exposição.
- c) Orientar que as situações relatadas sejam analisadas de forma articulada, considerando a possibilidade de estarem relacionadas a processos de discriminação racial, e propor uma intervenção institucional que envolva a escuta do estudante, o trabalho pedagógico com a turma e com todos os docentes, inclusive das áreas técnicas, e o acompanhamento continuado das relações de convivência, reconhecendo o caráter transversal da educação para as relações étnico-raciais.
- d) Recomendar uma intervenção institucional voltada à convivência escolar, envolvendo a equipe pedagógica, os estudantes e os docentes, com ações educativas sobre respeito às diferenças étnico-raciais e acompanhamento das situações relatadas, articulando posteriormente essas medidas ao planejamento curricular dos componentes que abordem diretamente a temática.

e) Recomendar que a equipe pedagógica e docente desenvolva ações de valorização da diversidade étnico-racial no âmbito curricular e acompanhe as relações entre os estudantes, articulando essas medidas ao atendimento psicológico individual do estudante, caso a escuta inicial indique repercussões sobre sua participação acadêmica e seu processo de pertencimento ao ambiente escolar.

50. Sobre os aspectos psicossociais da diversidade, das ações afirmativas, do capacitismo e da promoção da equidade na Rede Federal de Ensino, julgue os itens a seguir como VERDADEIROS (V) ou FALSOS (F):

- () As ações afirmativas na educação se caracterizam como medidas temporárias de discriminação positiva, voltadas a corrigir desigualdades históricas e a promover a igualdade material de oportunidades no acesso às instituições federais.
- () O capacitismo na Educação Profissional manifesta-se quando a instituição condiciona a acessibilidade curricular e os recursos de tecnologia assistiva à apresentação compulsória de laudos médicos, desconsiderando a avaliação funcional participativa do plano de desenvolvimento individual do estudante.
- () O fenômeno das representações sociais atua na produção do sucesso ou do fracasso acadêmico quando os docentes projetam expectativas diferenciadas sobre o desempenho de estudantes com base em raça ou classe, gerando o efeito da profecia autorrealizável.
- () Conforme a legislação relativa à excusa de consciência por motivos religiosos, o estudante que faltar às aulas ou provas em dias de guarda religiosa tem direito de ser dispensado dos conteúdos ministrados, sem necessidade de atividade alternativa ou de prova de segunda chamada.

Assinale a sequência CORRETA:

- a) V – V – V – F
- b) F – V – V – V
- c) V – F – V – F
- d) V – V – F – F
- e) F – F – V – V